



*Plano de Desenvolvimento  
Social de Almodôvar  
2009/2011*

*2ª Alteração ao Plano de Desenvolvimento de Social de Almodôvar, aprovado em Reunião Ordinária do CLAS (07/Jul. /2009)*

## Índice

<b>0. Nota Introdutória</b>	3
<b>1. Riscos</b>	
<b>1.1. Risco 1: Exclusão nos Idosos</b>	5
<b>1.2. Risco 2: Exclusão nas Crianças</b>	8
<b>1.3. Risco 3: Exclusão nas Famílias</b>	9
<b>1.4. Risco 4: Desvantagens na educação e formação/qualificação</b>	11
<b>2. Prioridades de Intervenção</b>	
<b>2.1. Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania</b>	13
<b>2.2. Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação</b>	20
<b>3. Anexos</b>	

## 0. Nota Introdutória

A rede social criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº197/97 de 18 de Novembro, impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção local, abarcando actores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social local.

Para fazer face a estes fenómenos e problemas que atingem transversalmente a sociedade portuguesa, é fundamental o planeamento social, o qual se reflecte nas medidas e acções definidas nos planos nacionais, que deverão espelhar as necessidades locais. Sendo para tal, reforçado o papel das redes sociais, investindo na gestão local participada, assegurando que o planeamento e instalação de respostas e equipamentos sociais se fará progressivamente, tendo em conta a rentabilização dos recursos endógenos e a verdadeira participação das entidades locais.

Neste sentido, considerando que o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) representa um compromisso do Estado Português com a União Europeia para a promoção da inclusão na Europa, é premente a adopção dos objectivos do PNAI para os seus instrumentos de planeamento local, pelo que são excelentes instrumentos de operacionalização do Plano.

Assim, o decreto-lei nº115/2006 de 14 de Junho vem permitir uma harmonização quer nos modelos de funcionamento, quer nos processos de planeamento, apresentando-se como peças fundamentais para uma melhor distribuição dos recursos no país, permitindo também perspectivar a médio prazo, garantindo a articulação e coordenação das medidas de política social e dos programas nacionais na área social, promovendo, nomeadamente, a articulação do PNAI com o Plano de Desenvolvimento Social (PDS), e definindo periodicamente circuitos e metodologias de trabalho a utilizar na construção do PDS e do PNAI que assegurem a articulação destes instrumentos de planeamento, conforme definido nas alíneas a) e f) do nº2 do art. 14 do referido diploma.

Deste modo, a rede social a nível local operacionaliza-se através do Conselho Local de Acção Social (CLAS) e a nível distrital através da plataforma supraconcelhia, a qual visa reflectir o PNAI, permitindo a organização dos recursos e o planeamento das respostas e equipamentos sociais.

Neste sentido, o Conselho Local de Acção Social (CLAS) de Almodôvar reuniu dia 31 de Janeiro de 2007 para aprovação da revisão do regulamento interno do CLAS à luz do decreto-lei nº115/2006 de 14 de Junho, pelo que a acção da rede social a nível local começou a ser norteadada por regras vindas da Plataforma Supraconcelhia, a qual assenta em cinco princípios fundamentais: harmonização dos diferentes instrumentos de planeamento, simplificação, quantificação das medidas, equilíbrio entre prioridades nacionais e especificidades locais, abordagem intersectorial. Propõem-se 3 pontos principais:

1. Riscos: identifica e caracteriza resumidamente as principais problemáticas do território.
2. Prioridades: sistematiza as prioridades de acção, os objectivos gerais, as medidas, os objectivos específicos, as metas, os indicadores, os responsáveis, a calendarização e os instrumentos de financiamento.
3. Anexos: integra toda a informação relevante com interesse para o conhecimento específico do território – indicadores sociais, análises swot, estudos específicos, etc.

## 1. Riscos

### 1.1. Risco 1: Exclusão nos Idosos

Característica das sociedades modernas, o envelhecimento demográfico das populações é hoje em dia, um dos fenómenos que reúne mais preocupação e sobre o qual, é imperativo reflectir para agir, sobretudo ao nível das profundas mudanças que produz nas próprias sociedades e dos impactes sociais, económicos, culturais, ambientais, que tem nos territórios. Portugal ainda não é um dos países mais envelhecidos, sobretudo, se comparado com os do Norte da Europa, mas o Alentejo, é por ventura um dos territórios europeus mais despovoados e onde os índices de envelhecimento, são superiores à média nacional: 117,9% para 111,2%, segundo dados do INE (Anuário Estatístico de 2005). E em que Almodôvar regista um de envelhecimento de 247,7% (ISS, IP – Sector de Planeamento, Qualidade e Sistemas de Informação: *Território e demografia*; Dezembro de 2007).

Se por um lado há uma redução populacional, por outro, a população que aqui permanece, está a envelhecer. As principais causas do envelhecimento demográfico são conhecidas:

- Aumento da esperança média de vida e consequente aumento dos efectivos nas idades mais avançadas (nas mulheres 78,7 anos, nos homens 71,4 anos);
- Declínio das taxas de fecundidade e natalidade;
- Os fenómenos migratórios, no caso do Alentejo, pela saída de jovens para as zonas litorais e para fora do país.

As pessoas idosas, segundo A. Fernandes (2001), enquadram uma categoria de indivíduos, cujas propriedades, relativamente homogéneas, são normalmente identificadas com isolamento, solidão, doença, pobreza e mesmo exclusão social. São consideradas como indivíduos isolados, em que a dimensão familiar da identidade, da existência, permanece oculta. (2001: 40).

As transformações ao nível da estruturação da família, do modelo de família alargada para a família nuclear, reduziu o espaço, outrora privilegiado, de solidariedade intergeracional que garantia a protecção aos seus membros mais

velhos até ao fim da vida. Actualmente, dado os ritmos e alterações produzidas pela vida moderna (crescente participação da mulher no mercado de trabalho e vida pública; maior número de divórcios; diminuição da taxa de fecundidade; precariedade do emprego para muitos, dificuldades na obtenção de habitação adequada, etc.. ), a família vê-se confrontada com dificuldades para criar os próprios filhos, atenuadas ou agravadas, se do agregado familiar fizer parte uma ou mais pessoas idosas com maior ou menor grau de dependência. (Silva, 2001: 171). Por outro lado, é notável a importância dos avós, quando autónomos, para equilíbrio familiar, no acompanhamento dos netos e na execução de tarefas domésticas. Ao contrário, quando existem elementos em situações de grande dependência de saúde ou económicas, crescem as dificuldades da família, alterando relações de solidariedade familiar, conduzindo a família a procurar respostas na rede de equipamentos sociais.

O envelhecimento é um processo gradual e contínuo que se manifesta no final da vida do ser humano e que se relaciona com o percurso pessoal e social de vida, de cada indivíduo, que não se desenvolve da mesma forma, em todas as pessoas. Enquanto uns envelhecem quase sem perda de capacidades, outros sofrem de incapacidades, deficiências e doenças. Socialmente, os factores que influenciam o envelhecimento são: a profissão exercida, o nível de instrução e as condições económicas – condições sociais de existência que podem agravar o processo de exclusão social, por via da diminuição do rendimento e conseqüentemente do acesso a bens, serviços essenciais à manutenção das condições de vida quotidianas; e dos problemas de identidade psico-social, passagem de uma vida ritmada pelas exigências do trabalho profissional, à condição de “reformado”.

“As pessoas idosas são, assim, uma categoria social muito vulnerável à precariedade económica por usufruírem reformas e pensões muito baixas, viverem muitas vezes em habitações degradadas e terem grandes despesas com a saúde. São também vulneráveis à exclusão social, pela condição de reformado, isto é, sem relação de trabalho e colegas, pela dificuldade de comunicação com as gerações mais jovens, pelo isolamento em relação à família, pela perda de autonomia física e funcional e pela dificuldade de adaptação às novas tecnologias.” (Silva; 2001: 172-173).

Segundo o Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008, a condição de reformado revela um risco de pobreza bastante mais elevado por relação aos indivíduos que estão a trabalhar, respectivamente 26% contra 13% em 2004, pelo que 38,45% da população residente no concelho é pensionista.

A perda de autonomia, o isolamento social, as más condições de habitacionais e o difícil acesso a serviços de saúde e/ou de apoio social, reforça as vulnerabilidades dos mais velhos (PNAI; 2006-2008).

Segundo indicadores do ISS, IP, o concelho apresenta 29,3% de idosos isolados em Dezembro 2007.

Neste sentido, e atendendo à dualidade orográfica do concelho, a zona serrana, constituída pelas freguesias de Gomes Aires, São Barnabé, Santa Clara-a-Nova, Santa Cruz regista 34,72% da população residente, pelo que destas, 34,30% são pessoas com 65 ou mais anos.

Neste âmbito, é necessário a criação de respostas adequadas e diversificadas à satisfação das necessidades dos idosos, pelo que se considera que a intervenção concertada e articulada dos parceiros, beneficiará a população idosa, destacando-se a intervenção da Comissão de Protecção a Idosos e Adultos Dependentes de Almodôvar (CPIADA) como contributo para a melhoria da qualidade de vida dos idosos.

## 1.2. Risco 2: Exclusão nas Crianças

No concelho de Almodôvar a taxa de natalidade fica abaixo da média do Alentejo situando-se nos 6,6% e 9,2% respectivamente (Anuário Estatístico da Região Alentejo 2004 do INE), sendo que a taxa de crescimento efectivo da população no Alentejo regista valores negativos (-0,22%), enquanto que a média Nacional é de 0,38%, segundo o Retrato Territorial de Portugal 2005.

Das famílias abrangidas pelo Rendimento Social de Inserção (RSI) 56% tem crianças das quais 6% são famílias alargadas, 15% famílias monoparentais e 35% famílias nucleares. Na faixa etária dos 0 aos 18 anos existem 85 beneficiários do RSI no concelho, residindo 50% destes beneficiários em pequenas localidades e montes isolados.

Na realidade do concelho de Almodôvar não se conhecem situações de abandono por parte da família, nem registo ou indicação de trabalho infantil, constata-se que 10% das crianças beneficiárias do RSI se encontram sujeitas a modelos de comportamentos desviantes o que pode afectar o seu desenvolvimento a vários níveis, nomeadamente ao nível do seu sucesso educativo e formação pessoal, cuidados de saúde e de segurança.

Como resposta a crianças em risco dos 0 aos 6 anos de idade existe uma equipa de Intervenção Precoce que acompanha 18 famílias num total de 22 crianças das quais 11 em idade de ensino pré-escolar, frequentando o mesmo todas aquelas que os pais assim o desejam, existindo serviço de transportes que cobre todo o concelho. Registam-se carências de cobertura neste momento ao nível de vagas para crianças dos 0 aos 3 anos de idade.

Tem sido preocupação dos diferentes serviços e instituições melhorar a oferta dos serviços que assegurem o bem-estar das crianças e o apoio às suas famílias nomeadamente com o prolongamento de horários, serviço de refeições e actividades de complemento curricular em todo o Concelho. Estas respostas entendem-se muito necessárias atendendo às alterações da vida familiar e seus suportes, aos novos desafios e exigências quer no mundo do trabalho e quer ao novo papel da mulher na sociedade.



### **1.3. Risco 3: Exclusão nas Famílias**

“A pobreza e a exclusão social não se distribuem uniformemente pelo território nacional. Em 2000, a incidência de pobreza monetária regista no Alentejo 22%, “eram as zonas mais rurais que estavam sujeitas a um maior risco de pobreza, 33% face a 16% no meio rural em 2000.” (PNAI 2006-2008;17).

“Em Portugal, as iniciativas de desenvolvimento tenderam a acentuar clivagens entre as regiões rurais periféricas e o litoral, com reflexos numa grande concentração populacional no litoral (...) e uma conseqüente desertificação demográfica no interior rural (...) fragilizando os territórios marcadamente rurais votados a um maior isolamento, rarefacção de investimentos produtivos, envelhecimento populacional e condições de precariedade.” (PNAI 2006-2008;18).

O concelho apresenta] 15,30] beneficiários por 1000 habitantes do Rendimento Social de Inserção em 2005, de acordo com o Retrato Territorial de Portugal 2005, pelo que da população beneficiária 47% das pessoas tem 65 ou mais anos, seguindo-se os jovens até aos 18 anos, com 22%, predominando o sexo feminino com 53%.

No 1º semestre de 2007, por cada 100 beneficiários de Rendimento Social de Inserção do concelho, 31 são titulares com 65 ou mais anos. (Estatísticas de Segurança Social; Dezembro de 2007).

“Para que sejam eficazes no combate à pobreza, as transferências sociais monetárias devem ser acompanhadas de serviços e equipamentos que consigam dar resposta às necessidades dos indivíduos e famílias. Apesar dos esforços que se têm vindo a realizar, as respostas existentes ainda não são satisfatória (...)” (PNAI 2006-2008;19).

De acordo com o Retrato Territorial de Portugal – 2005, o concelho em 2003 regista um ganho médio mensal entre] 600;700] euros, inferior à média nacional de > 850 euros.



---

A taxa de desemprego no concelho em 2005 é de 21,45%, pelo que “percebemos o quão grave é a situação e os riscos de exclusão que correm as pessoas que neles residem, por insuficiência de recursos. (...) não podem ser negligenciadas as situações de precariedade e de desprotecção que vivem as pessoas...” (Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental em 2005; 104).

## **1.4. Risco 4: Desvantagens na Educação e Formação/Qualificação**

“O Alentejo (...) correspondente aos Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (...), traduzem situações (...) de fracas competências escolares e qualificações e economicamente deprimidos.” (Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental em 2005;100).

A taxa de analfabetismo em 2001 no concelho apresenta valores superiores à região Alentejo e à média nacional, com 23%, 17,1% e 9,0% respectivamente. No entanto esta taxa decrescera, segundo o estudo da Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental em 2005, que regista um valor de 18,84%.

A escolarização e as qualificações da população em geral, são elementos estruturantes fundamentais para a compreensão de fenómenos de pobreza e exclusão social e para a inclusão dos grupos sociais mais vulneráveis, nomeadamente no que se refere à sua participação no mercado de trabalho. (PNAI 2006-2008;24)

De acordo com o Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008, a taxa de conclusão/transição do ensino básico no ano lectivo de 2002/03 em Portugal no 1º ciclo foi de 92,4%; no 2º ciclo foi de 85,2% e no 3º ciclo representava 80,9%. A visibilidade do insucesso é mais expressiva no ensino secundário, na medida em que a taxa de transição/ conclusão foi de 66,2% em 2003/04.

Em termos de panorama concelhio no ano lectivo de 2006/07, a taxa de transição não regista grandes desigualdades face aos valores acima mencionados, pelo que no 1º ciclo regista 94,3%, no 2º ciclo 88,0%, no 3º ciclo 80,0% e no ensino secundário apresenta oscilações consoante os anos. Assim, a taxa de aprovação no 10º ano é de 67%, 11º ano com 56 % e no 12º ano com 73%, pelo que em termos globais o ensino secundário regista uma taxa de aprovação de 66%.

Outro aspecto relevante no sentido de inverter a situação actual de baixos níveis de escolarização, foi a rede de oferta de cursos profissionalizantes. A par da educação básica, a componente de educação/formação consubstanciada na aquisição de

# Plano de Desenvolvimento Social de Almodôvar 2009/2011



---

qualificações profissionais iniciais, conseqüentemente acarreta melhoria das condições de escolaridade das populações, pelo que actualmente o concelho dispõe do Centro Novas Oportunidades (CNO), o qual visa elevar a qualificação da população adulta do Concelho.

# Plano de Desenvolvimento Social de Almodôvar 2009/2011

